Nacionalismo na atualidade: o caso da Catalunha

*Nationalism nowadays:
The case of Catalonia*

Beatriz Thomaz Carvalho

Resumo

A Catalunha constitui uma região na Espanha que afirma possuir uma identidade alternativa à identidade espanhola e, portanto, busca sua segregação do Estado espanhol. O presente trabalho tem como objetivo analisar a história da Catalunha, apontando a sua relação com a Espanha através do tempo, na tentativa de compreender as raízes desse sentimento nacionalista.

Palavras-chave: Nacionalismo; Espanha; Catalunha; Renascimento cultural; Separatismo.

Como seres humanos vivendo em um mundo globalizado, possuímos uma série de características que nos constituem como indivíduos: nossos gostos, hábitos, *hobbies*, preferência políticas, profissão, para não citar outros milhões de fatores. Entretanto, parece recorrente, principalmente nas sociedades ocidentais, que a condição nacional é a que confere maior legitimidade à vida política do indivíduo, constituindo, portanto, boa parte da sua base identitária.

O papel da nacionalidade no mundo contemporâneo é visível. Para viajar, precisamos de passaportes, na Copa do Mundo e nas Olimpíadas, torcemos por nossos respectivos países, afinal, a maioria de nossos direitos está atrelada à nossa condição de nacional de um determinado Estado. Quando questionado acerca de sua identidade, o ser humano tende a identificar-se primeiramente como nacional de certo país ou nação e posteriormente como pertencente a uma determinada religião, classe social etc.

Portanto, a nacionalidade se faz muito presente na vida de todas as pessoas, ou pelo menos na da maioria delas. Da mesma forma, o nacionalismo, uma de suas consequências, também exerce uma influência considerável no mundo moderno e contemporâneo. Esse fenômeno pode ser descrito como o princípio político que sustenta que a nação e o Estado devem ser congruentes (GUIBERNAU, 1997, p. 72).¹

A nação no mundo contemporâneo

Bobbio, Matteucci e Pasquino (2002, p. 798-799) afirmam que, com o fim da Guerra Fria e a crise do Estado-nação, foi possível o surgimento de uma cooperação política e econômica no lugar do antigo antagonismo. Esse paradigma gera uma possibilidade de superação da nação historicamente consolidada, com a criação de blocos econômicos e políticos e também com o aumento da interdependência em geral.

Ao mesmo tempo, Stuart Hall (2003, p. 68-69) enfatiza esta mesma consequência da modernidade, a globalização, só que de outra forma. Hall analisa a influência desse fenômeno na identidade dos indivíduos, indican-

1. Para fins de melhor entendimento, este trabalho considera o Estado a partir da concepção weberiana. Portanto, este seria o detentor do monopólio da violência física legítima dentro um território delimitado e também de um aparelho administrativo para a prestação de serviços públicos (BOBBIO, 2001, p. 206 *apud* MATIAS, 2005, p. 62). Já o conceito de nação utilizado é o definido por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2002, p. 795), que entendem nação como uma ideia genérica ou específica de comunidade política, um grupo de pessoas unidas por laços naturais ou pelo menos tão antigos que se torna impossível datar seu surgimento. A nação, portanto, seria a representação de uma "pessoa coletiva", formada por um grupo que possui características em comum, como língua, costumes, religião, território, entre outros.

do o aparecimento de outros tipos de laço de pertencimento. Tais elos surgiriam tanto abaixo quanto acima do Estado, criando uma nova articulação entre “o global” e o “local”, despertando um novo interesse por esse segundo, evidenciado principalmente pelas iniciativas regionalistas e o reavivamento de nacionalismos antes negligenciados ou esquecidos.

Além disso, Hall (2003) ressalta um processo de alargamento do campo das identidades e uma proliferação de novas posições de identidade, criando uma nova variedade, tornando-as menos posicionais e mais políticas, plurais e diversas. A pós-modernidade seria marcada pelo conceito de “jogo de identidades”, onde um indivíduo possui uma infinidade de identidades, onde uma se sobrepõe às outras, dependendo da situação em que o indivíduo se encontra.

A formação da Catalunha

Isidor Mari Mayans (1993, p. 15) data o surgimento da comunidade catalã, assim como da maioria dos povos europeus, durante a Idade Média. Segundo ele, alguns dos vestígios humanos mais antigos encontrados na Europa foram achados em áreas onde hoje prevalece a cultura catalã.

Durante a Reconquista,² a Catalunha fez sucessivos intentos de estender seu território, principalmente na direção do território onde hoje se situa a região de Valência, na Espanha. Mais tarde, o conde de Barcelona, Ramón Berenguer IV, com a intenção de acabar com a ameaça aragonesa³ e de expandir seus domínios até terras valencianas, se casa com a herdeira do trono de Aragão. Durante anos, Catalunha e Aragão, unidos em um reino só, fazem alianças com outras coroas da península para lutar contra terceiras coroas ou contra os muçulmanos.

Um período de importância na história da Catalunha se dá durante o governo de Jaime I, o Conquistador, que, mediante a pacificação interna, se lançou na tentativa de conquistar Mallorca e Valência, duas outras regiões da atual Espanha. Na época, ambos os territórios estavam sob controle muçulmano (AGUSTÌ, 2007, p. 39-40).

Nesse período se dá a constituição da Coroa Aragonesa, constituída pelos reinos de Aragão, Catalunha e Valência (PAYNE, 1991, p. 484). Essa

2. A Reconquista foi o movimento de recuperação por parte dos cristãos das terras perdidas para os árabes durante a invasão da Península Ibérica. Sua conclusão se deu em 1492 com a reconquista de Granada, na Espanha, pelos reis católicos. Estes haviam se unido em 1469, com o casamento de Fernando de Aragão e Isabel de Castela, dando origem ao Estado centralizado espanhol (VICENTINO; DORIGO, 2002, p. 151).

3. Aragão, na época, constituía um reino independente, assim como Catalunha, Castela, Leão e Navarra. A “ameaça aragonesa” se refere ao receio de que esse reino tivesse pretensões expansionistas.

é uma das épocas de esplendor e crescimento da Catalunha, com um grande aumento demográfico, seguido de prosperidade agrícola, além do desenvolvimento de uma produção artesanal e de um comércio internacional vigoroso. Ademais, a situação interna era de harmonia política e social em torno da coroa e de suas instituições (MAYANS, 1993, p. 41).

Com a morte de Jaime I, seu reino se divide entre seus dois filhos, o que gerou a divisão da Catalunha em duas partes, uma que hoje pertence à Espanha e outra à França. A *Generalitat*, o governo da Catalunha, que possui esse nome até hoje, surge também nessa época, durante o processo de mudança de uma sociedade feudal para um Estado monárquico. Surgida no final do século XIII, essa instituição passou a ganhar cada vez mais importância e poder político, como forma de limitar o poder real na Espanha centralizada.

A formação do Estado espanhol e a Catalunha dentro da Espanha

Em 1469, a partir da união matrimonial de Fernando de Aragão e Isabel de Castela, forma-se o Estado centralizado espanhol. Durante esse período, a Catalunha manteve certo grau de soberania com instituições próprias e a vigência de suas próprias constituições e direitos. A manutenção dessas últimas, para Siobhan Harty (2001, p. 207), é o motivo pelo qual o governo espanhol foi incapaz de homogeneizar a população espanhola e, portanto, acabar com o sentimento nacionalista catalão. Ao manter suas próprias leis e instituições, a nação catalã teve a chance de preservar o componente central da sua cultura. Esse argumento será retomado mais à frente nas considerações acerca do nacionalismo catalão.

O período inicial de pertencimento ao Estado espanhol corresponde a um período de decadência da Catalunha. As pretensões unificadoras da monarquia espanhola geraram um movimento de secessão conhecido como *Guerra de los Segadores*, que mais tarde serviria de base ao hino nacional catalão. O tratado dos Pirineus (1659), que põe fim a essa guerra, marca o aumento do controle das instituições políticas catalãs pela monarquia espanhola e a perda dos territórios de Rosellón e Cerdaña para a França.

O ano de 1714 possui uma importância singular na história da Catalunha. O dia 11 de setembro desse ano marca a data da rendição da cidade de Barcelona na Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1714)⁴.

4. Essa guerra foi causada pela disputa pelo trono espanhol entre as dinastias Habsburgo e Bourbon. Em 1700, o rei Carlos II, um Habsburgo, havia morrido sem deixar herdeiros. A Catalunha apoiou a permanência da família no poder, pois tinha medo de supostas pretensões absolutistas dos Bourbon.

Por ser considerada como o marco do fim da independência e início da subjugação da região à monarquia espanhola, essa data veio a ser proclamada Data Nacional da Catalunha em 1980.

A posse do trono por Felipe V, um Bourbon, liquida as instituições e o sistema constitucional da Catalunha, representando a perda de seu Estado próprio e a integração definitiva à Espanha. Tal processo representou também o fim do uso da língua catalã na esfera pública de administração, de ensino, entre outras, sendo apenas mantida dentro do âmbito familiar. Payne (1971, p. 16) aponta que a única exceção será o código legal de jurisprudência da Catalunha, que seria mantido por toda a sua história.

Passadas as turbulências da Guerra de Sucessão, a região passa a experimentar um processo de desenvolvimento agrário, comercial e manufatureiro. Este veio a servir de base para uma industrialização no século seguinte, que constituiria a Catalunha como uma das regiões mais industrializadas da Espanha (PAYNE, 1971, p. 16).

O processo de industrialização na região da Catalunha seria responsável pelo aumento dos conflitos sociais e pela crescente antipatia com o governo espanhol, que passava a ser visto como incapaz de responder corretamente aos interesses catalães. De acordo com a visão catalã, o governo central servia apenas aos interesses agrários de outras regiões como Castela e Andaluzia ou ainda aos interesses da elite financeira de Madrid⁵ (PAYNE, 1971, p. 17).

A “era de ouro” da Catalunha

A “era de ouro” da Catalunha diz respeito ao significativo período de crescimento industrial, baseado principalmente na indústria têxtil, ocorrido na região durante os séculos XIX e XX. Segundo Stanley Payne (1971, p. 23), a indústria catalã somente teve condições de crescer e se desenvolver com força graças às tarifas protecionistas espanholas e ao mercado consumidor desse mesmo país. José Luís Medrano (1994, p. 552) reforça essa tese, afirmando que a Catalunha tinha os recursos para se beneficiar das novas oportunidades de comércio que vinham da integração ao Estado espanhol, principalmente devido ao acesso ao mercado consumidor interno e ao das colônias. Payne (1971) ainda ressalta que as atividades bancárias e financeiras eram fracas e que a elite catalã durante essa época era muito presente na política do país.

5. Payne (1971, p. 17), entretanto, afirma que apesar dessa crescente percepção de estar sendo prejudicada, a Catalunha ainda era privilegiada pelas tarifas protecionistas que a Espanha mantinha.

Aliava-se a esses fatores o considerável aumento da imigração, devido à grande capacidade de atração da região, que estava em franco crescimento. A mão de obra era abundante, o que permitia a manutenção de baixos salários e, portanto, de uma produção que requeria menos capital. Ao mesmo tempo, as guerras travadas pela Espanha garantiam um alto consumo interno, o que beneficiava a indústria catalã. Portanto, a união com a Espanha, nesse contexto, como acredita Payne (1971, p. 24), trazia vantagens para o desenvolvimento e era, portanto, proveitosa para a Catalunha.

Medrano (1994, p. 558-561) observa diferenças essenciais na formação do capitalismo e na industrialização da Catalunha e do País Basco. Segundo ele, enquanto o capitalismo catalão se baseava em bens de consumo, o do País Basco se concentrava em bens de capital. Além disso, a indústria catalã, que era majoritariamente têxtil, não demandava uma grande quantidade de capital, o que deixou esse setor menos concentrado e possibilitou a formação de firmas menores e uma burguesia local e não uma nacional. Portanto, o capitalismo catalão foi marcado por empreendimentos pequenos e médios, muitas vezes familiares, que formaram uma ampla classe média e que, ao mesmo tempo, tinham um determinado grau de independência financeira, pois não precisavam do capital espanhol para conduzir os seus negócios.

Payne (1991, p. 482) aponta que a elite catalã foi uma das grandes impulsionadoras do liberalismo e da industrialização, sendo a região vista como a líder de uma Espanha mais livre, moderna e próspera. A Catalunha não possuía aspirações separatistas nesse momento, tanto que a Liga Regionalista⁶ não pensava em termos separatistas, mas sim na ampliação das autonomias regionais dentro de um país mais reformista e progressista.⁷

Durante a “era de ouro” catalã, a elite local exercia um papel privilegiado na cena política da monarquia constitucional espanhola, estando integrada aos partidos políticos liberais e conservadores que governavam o país no final do século XIX. Entretanto, esse cenário estava prestes a mudar (PAYNE, 1971, p. 17-18).

Para Medrano (1994, p. 542), o padrão desigual de desenvolvimento que se formou na Espanha é a chave do nacionalismo catalão. A partir do momento em que a união com a Espanha não mais trouxe vantagens e benefícios para os catalães, seu pertencimento ao Estado espanhol passou a ser contestado.

6. A Liga Regionalista foi o primeiro partido político catalanista. Suas especificidades serão tratadas mais à frente.

7. Payne (1991, p. 482) ilustra essa afirmação com o fato de que na campanha eleitoral de 1916, o *slogan* da Liga era “Per l’Espanya Gran” (Para a Grande Espanha).

Com o começo da decadência espanhola e a consequente perda das colônias, o pertencimento ao Estado espanhol passa a ser incômodo. O governo espanhol, que durante algum tempo havia se preocupado demasiadamente com suas colônias, deixou de lado a construção de uma identidade nacional homogênea. Siobhan Harty (2001, p. 191) crê que os governantes espanhóis deveriam ter feito esforços para a construção de uma cultura nacional comum. Dessa forma, a lealdade às formas tradicionais de autoridade local poderia ter sido redirecionada para o Estado, dando-lhe legitimidade.

Ao mesmo tempo, a burguesia progressista catalã, consciente da situação do Estado espanhol, passa a demandar mais influência nas decisões nacionais. Segundo Medrano (1994, p. 561), se à elite catalã tivesse sido concedido um lugar mais influente na política, o sentimento nacionalista não teria se fortificado.

Payne (1971, p. 20) atribui quatro influências principais para a gestação do movimento político nacionalista catalão nas décadas de 1880 e 1890. A primeira delas é a expansão da *Renaixença*,⁸ uma espécie de renascimento cultural, artístico e literário da língua e cultura catalãs. Esse período, segundo Payne (1971, p. 18), foi marcado pelo reaparecimento da produção literária em catalão, principalmente na forma de poesias e mais tarde em produções críticas sobre a história da Catalunha e do “problema catalão”. A língua catalã vinha sendo usada apenas no âmbito familiar.

Uma segunda influência citada por Payne (1971) seria a determinação de proteger e ao mesmo tempo impulsionar a indústria catalã. Além disso, a terceira e quarta influências seriam o federalismo entre as classes médias e os resíduos do carlismo⁹ catalão.

Durante os séculos XIX e XX, dá-se início a um processo de renascimento cultural, a *Renaixença*, que estimula uma volta ao passado, lembrando o esplendor medieval da Catalunha e as liberdades perdidas ao longo das décadas. A partir daí se formam as bases para um movimento político nacionalista mais forte.

Em 1892 foi criada a “Assembleia Constitutiva de la Unió Catalanista”, que formulou as “Bases per la Constitució regional catalana”. Tais documentos previam a criação das “Corts Catalanas”, um órgão de poder executivo autônomo, e o restabelecimento da “Audiència de Catalunya”, um órgão com poder judicial, poder sob a ordem pública e sobre o ensino.

8. Renascença, em português.

9. O carlismo é um movimento de cunho conservador e antiliberal que propunha o restabelecimento da dinastia dos Bourbons no trono espanhol. Segundo Payne (1971, p. 20), os carlistas mostravam interesses tradicionalistas e anticentralistas do nacionalismo catalão.

Payne (1971, p. 21) afirma que o termo “nacionalista” começa a ser usado para se referir ao nacionalismo autonomista catalão nas reuniões da *Unió Catalanista*.

A *Unió Catalanista*, segundo Harty (2001, p. 204), se constituía a partir da união de diversos grupos de interesse e atraiu o apoio dos maiores industriais e donos de terra na região. Esses grupos tinham por objetivo manter o sistema de leis privadas existente, pois com a instituição de um código espanhol uma série de regras seriam mudadas, o que prejudicaria a classe burguesa catalã.

Payne (1971, p. 19) considera Valentí Almiral o pai do nacionalismo catalão. Este foi um homem disposto a unir a literatura renascentista às políticas federalistas. Com a restauração da monarquia no final do século XIX, Almiral passa a se dedicar à causa regionalista catalã, como era chamada na época. Em 1880, ele fundou o primeiro jornal diário totalmente publicado em catalão, *El Diari Català*, e não muito depois funda o *Centre Català*, com o objetivo de juntar uma dúzia de pequenas associações culturais catalãs com grupos interessados em uma expressão política de regionalismo.

Logo o que era considerado apenas um movimento de intelectuais e políticos passou a atrair a atenção e o apoio dos líderes econômicos catalães. Apesar de todas as regalias dadas à indústria catalã, a verdade era que a política espanhola era conduzida principalmente em prol dos interesses agrários de outras partes do país. Além do mais, o governo espanhol nunca desenvolveu um programa para encorajar a indústria nacional e a Catalunha também poucas vezes demonstrou interesse em propostas para o desenvolvimento industrial da Espanha como um todo (PAYNE, 1971, p. 23-24).

Ainda segundo Payne (1971, p. 24), os primeiros 25 anos do século XX são caracterizados por um aumento expressivo da importância política da Catalunha, em sua maioria devido ao crescimento populacional, consequência da imigração em massa, chegando a se igualar com Madri em tamanho e população.

Para Medrano (1994, p. 549), a principal organização nacionalista desenvolvida antes da Guerra Civil Espanhola foi a Liga Regionalista, surgida em 1901. A Liga era um partido político e fazia parte de uma iniciativa de reforma da Espanha como um todo, na intenção de modernizar a economia do país usando o modelo catalão (HARTY, 2001, p. 206). Ela dominou a política catalã entre 1901 e 1923, perdendo sua hegemonia com o golpe que levou o general Primo de Rivera ao poder. No entanto, conseguiu permanecer entre os principais atores políticos.

O contexto histórico desses primeiros anos do século XX para a Catalunha era sobremodo complexo. O caciquismo¹⁰ era dominante na política espanhola e o país ainda não tinha se recuperado da perda das colônias, principalmente Cuba e as Filipinas. Essa época representa uma fase de grandes convulsões sociais, com o começo da sindicalização dos operários por toda a Espanha, mas principalmente na Catalunha. Todos esses fatores culminam em uma greve geral em 1907, com direito à tentativa de assassinato do presidente da Catalunha, Antonio Maura,¹¹ e do monarca Alfonso XIII, rei da Espanha no período em tela. Em 1909, uma série de acontecimentos sangrentos teve lugar em Barcelona e outras cidades da Catalunha. Barricadas, incêndios, violência e uma nova greve geral marcaram essa semana que ficou para sempre na memória dos catalães como a *Semana Trágica* (AGUSTÌ, 2007, p. 157-162).

O movimento sindical ganha força com a criação da *Confederació Nacional del Treball* (CNT) de ideologia anarcosindicalista e que propôs diversas vezes greves e outros tipos de manifestação, o que culmina com a proibição da CNT no começo da década de 1920. Esse foi um dos períodos mais conturbados e revolucionários da história da Catalunha (AGUSTÌ, 2007, p. 163-166).

Outro evento de importância para a Catalunha, segundo Agustì (2007, p. 166-168), é a criação da *Mancomunitat de Catalunya*,¹² idealizada principalmente pela Liga Regionalista como uma instituição administrativa propriamente catalã. Entre outros objetivos, a *Mancomunitat* tinha um compromisso com a melhora da infraestrutura e das regiões menos desenvolvidas, o desenvolvimento do movimento cultural catalão, oficializar o catalão como língua da Catalunha e o desenvolvimento de sentimentos de identidade catalã. Surge nesse período um movimento denominado *Noucentisme*, que abarca uma tentativa de unificar o nacionalismo da *Renaixença* com um universalismo modernista. Contra esse movimento perfeccionista, surge o vanguardismo, cujas figuras mais importantes na pintura são Salvador Dalí e Joan Miró.

Em 1923, toma o poder o general Primo de Rivera, por meio de um golpe de Estado. Inicialmente a Liga Regionalista apoiou o ditador. Se-

10. O caciquismo constitui uma situação em que a legitimidade do governo central espanhol era garantida pelos chefes locais ou “caciques”.

11. Antonio Maura era do Partido Conservador. Entre algumas de suas medidas impopulares, pode-se destacar a mobilização de contingentes para reforçar as tropas espanholas no Marrocos. A questão marroquina, que envolvia a recuperação do controle colonial espanhol de uma parte desse país africano, estava em evidência na época, mobilizando grandes esforços da Espanha.

12. *Commonwealth* da Catalunha.

gundo Payne (1971, p. 29), tal apoio se deveu à recusa da Catalunha em aceitar um estatuto de autonomia proposto pelo monarca Alfonso VIII, que fez estourar uma greve geral em Barcelona contra os baixos salários e a educação precária na província. Trata-se de mais uma entre a série de greves e manifestações que tomava conta do contexto social catalão nas primeiras décadas do século XX.

Portanto, inicialmente, a Catalunha apoiou a ditadura de Rivera, vista como uma provável solução à agitação popular que dominava o contexto catalão naquele momento. Entretanto, o general, que havia se comprometido com os políticos catalães, se voltaria contra a região em sucessivas tentativas de centralização estatal, incluindo a extinção da *Mancomunitat* e várias iniciativas de repressão cultural (EDLES, 1999, p. 320; AGUSTÌ, 2007, p. 168-169).

A ditadura do general Primo de Rivera foi o primeiro governo nacionalista na história da Espanha. Foram realizadas ações de fomento à industrialização, de expansão de empregos públicos e adotada uma política externa mais ambiciosa, que, no entanto, não obteve nenhum sucesso (PAYNE, 1991, p. 483).

Além do surgimento do nacionalismo burguês, passa a se desenvolver também um nacionalismo progressista, contrário ao primeiro. Segundo Agustì (2007, p. 170), Primo de Rivera havia dado muita importância à questão do Marrocos e deixado de lado a questão catalã. As reivindicações catalãs e o surgimento das esquerdas radicais, ocupando o lugar regionalista da Liga, são alguns dos fatores que começam a minar pouco a pouco a ditadura, que chega ao fim em 1930.

O maior expoente do movimento nacionalista progressista foi o partido *Esquerra Republicana*, que, em 1931, obteve uma vitória nas eleições e proclamou uma República independente na Catalunha. Entretanto, o Estado espanhol convence o presidente da *Esquerra* a se contentar com algo menos ambicioso. A *Generalitat* seria restabelecida e haveria negociações para a aprovação de um estatuto de autonomia, finalmente obtido em 1932. A *Generalitat* é restabelecida e o catalão volta a ser a língua oficial da Catalunha.

Em meio à desorganização do governo espanhol, como aponta Laura Edles (1999, p. 321), a Catalunha conseguia cada vez mais autonomia. A república proclamada em 1931 constitui o começo da denominada Segunda República, indicando um movimento em prol da democracia e não mais do nacionalismo, visto que o cenário internacional era de pós-guerra. Sua importância é destacada por Moreno, Arriba e Serrano (1997, p. 3) como peça fundamental para a manutenção das autonomias regionais não só da Catalunha, mas de outras regiões autônomas.

A constituição de uma república, no entanto, não acalma totalmente os ânimos dos trabalhadores, que não veem nela uma via para melhorias sociais. A *Generalitat* tenta por vezes atender às demandas do movimento operário, mas as greves e a violência continuavam constantes (AGUSTÍ, 2007, p. 176).

A Guerra Civil e a Catalunha dentro do regime franquista

Com o advento da Guerra Civil Espanhola¹³ em 1936 e a vitória dos nacionalistas comandados pelo general Francisco Franco em 1939, são revogados os estatutos de autonomia tanto do País Basco quanto da Catalunha. Segundo Agustí (2007, p. 185-193), o governo franquista possuía um discurso “totalmente fascista: imperialista, anti-marxista, antiliberal, anticapitalista y nacionalista a ultranza, y presenta la solución a los conflictos mediante un ‘nuevo orden’, el Nuevo Estado” (p. 185).¹⁴ O regime espanhol era autoritário, ainda que estivesse adaptado às novas relações políticas exteriores e às transformações da economia mundial.

Harty (2001, p. 206-207) aponta que a ditadura franquista (1939-1975) tentou atacar o nacionalismo catalão ao remover as instituições regionais catalãs vigentes na Segunda República. Agustí (2007, p. 186-187) ressalta que a repressão se centrava principalmente em apagar qualquer símbolo de identidade catalã, como sua bandeira ou o hino catalão e em proibir manifestações culturais. Em atitudes mais violentas, Franco chegou a fuzilar figuras catalãs importantes, como o presidente da *Generalitat* Luís Companys.

Apesar de sua tentativa de centralização, para Harty (2001), a ditadura não foi capaz de desenvolver certas instituições e controlar os objetivos para os quais eram usadas. Em uma fase inicial, o caciquismo continuou a regular as atividades em diversas regiões da Espanha, limitando o poder do Estado. Sua inabilidade em substituir os padrões de política locais por novas instituições e o fim do apoio da Igreja à ditadura foram causas notórias do fracasso na tentativa de legitimação do regime. A identidade espanhola era em larga medida baseada nos princípios da Igreja. Com a cisão, o Estado espanhol precisava criar uma nova identidade secular moderna, mas falhou em tal empreitada.

13. A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) foi o enfrentamento entre as forças nacionalistas espanholas, lideradas pelo general Francisco Franco, e as forças republicanas. Seu começo marca o fim da Segunda República Espanhola (1931-1936).

14. “discurso totalmente fascista: imperialista, antimarxista, antiliberal, anticapitalista e nacionalista ao extremo, apresentando a solução dos conflitos mediante uma ‘nova ordem’, um Novo Estado” (tradução livre).

Durante esse período muitas foram as manifestações de resistência. Agustí (2007, p. 189-190) ressalta a criação da *Front Nacional de Catalunya*, uma organização clandestina de nacionalistas e independentistas com um grande clamor propagandista. Suas ações, no entanto, só serviram para aumentar a repressão estatal. Enquanto isso, o governo da *Generalitat* permanecia no exílio.

Na década de 1950, o regime franquista ganhou mais reconhecimento internacional devido ao seu ingresso na ONU e à assinatura de um acordo com os Estados Unidos que previa ajuda econômica em troca da instalação de bases americanas em território espanhol. O governo americano preferia a ditadura de Franco à possibilidade de instalação de uma república ligada aos soviéticos.

Agustí (2007, p.191-193) aponta ainda que as políticas franquistas de controle econômico foram responsáveis por danos à economia catalã, que sofria com as medidas ultranacionalistas e de autossuficiência econômica em relação ao exterior. Tais iniciativas, segundo o autor, foram responsáveis por retardar em quase vinte anos a recuperação econômica do país.

As migrações em massa para a Catalunha continuam também nessa época, estimuladas pelas oportunidades na região. Alguns estudiosos afirmam que tais migrações foram estimuladas pelo próprio governo como forma de diminuir o uso do catalão como língua e, aos poucos, mudar a demografia da Catalunha, criando uma maioria não-catalã na região, que se integraria com mais facilidade à Espanha como um todo (PAYNE, 1971, p. 49-50).

Para Payne (1991, p. 487), a ditadura teve o efeito contrário ao que se queria obter. Ao invés de criar um sentimento de pertencimento comum a todos, Franco conseguiu despertar novamente sentimentos intensos de nacionalismo em uma série de províncias na Espanha.

A Catalunha atual

Com a morte de Franco em 1975, dá-se início a um processo de transição democrática. A Constituição de 1978 foi inspirada, por um lado, pela ideia de que a Espanha é um Estado indivisível, mas que, por outro lado, é formado por uma série de diversidades, de pessoas, de nacionalidades históricas e regiões. Assim foi implementado o *Estado de las Autonomias*, uma espécie de federalismo assimétrico que reconheceu a Catalunha, o País Basco e a Galícia como três nacionalidades históricas dentro da Espanha, constituindo, portanto, comunidades autônomas. Essas instituições são muito importantes na produção e reprodução das identidades locais (MORENO; ARRIBA; SERRANO, 1997, p. 5-7).

Dentro de um sistema de comunidades autônomas como é a Espanha, a região possui seu próprio estatuto de autonomia, que regula sua posição na estrutura da Constituição. Além disso, possui parlamento próprio e um governo e presidente escolhidos em eleições regionais que desfrutam de autonomia razoável frente a Madrid (GUIBERNAU, 1997, p. 111).

Jordi Solé Tura (1989, p. 188) afirma que essa pluralidade do sistema político espanhol atual não se deve apenas à tentativa de pacificar regiões com pretensões separatistas, mas também como forma de se chegar a um equilíbrio entre as regiões menos e mais desenvolvidas. Mas, mesmo com todas essas iniciativas e garantias do governo espanhol, alguns catalães ainda hoje não se sentem satisfeitos e veem apenas a independência completa como solução para a questão catalã.

Uma análise do Caso da Catalunha

Montserrat Guibernau (1997, p. 114) define o nacionalismo das nações sem Estado, o caso da Catalunha, como uma mudança de exigências puramente culturais para as de cunho político. Em outras palavras, um grupo identificado e que possui uma consciência nacional própria passa a exigir o direito de se autogovernar. Tal situação denota algum tipo de insatisfação em relação ao Estado do qual se faz parte, seja por questões de segurança, prosperidade econômica ou pela participação política simplesmente.

Ainda segundo Guibernau (1997), uma minoria nacional sob ameaça encontra geralmente duas estratégias possíveis para rejeitar a uniformidade forçada pelo Estado ao qual pertence: a luta armada e a resistência cultural. A segunda é a mais importante para o caso da Catalunha, pois é o principal meio pelo qual os catalães se impõem contra o governo espanhol. A autora descreve a resistência cultural nos seguintes termos:

A resistência cultural é o uso de todos os tipos de símbolos da identidade da minoria nacional tanto na esfera pública como privada, alinhando-se desde ações isoladas e arriscadas até atividades que atraíam apoio maciço. Tais ações interrompem simbolicamente o controle do Estado e deixam claro que de fato existe alguma forma de descontentamento no meio da população. No terreno privado, a resistência é primordialmente levada adiante pela família. A língua e a cultura da minoria são aprendidas em casa e, com frequência, só podem ser postas em prática dentro de grupos restritos determinados pela família ou pelos laços de amizade. (GUIBERNAU, 1997, p. 114)

Entre as iniciativas de resistência cultural, Guibernau (1997, p. 114-115) destaca quatro tipos. As “ações simbólicas”, que seriam ações únicas e isoladas de pequenos grupos ou um indivíduo, normalmente em espaços públicos com o objetivo de retirar o controle das mãos do regime opressivo,

como é o caso das pichações e hasteamentos de bandeiras. As “ações de interferência” seriam representadas por ações únicas que buscam desafiar o regime e arruinar rituais e cerimônias cujo objetivo primário é provar a homogeneidade e o controle por parte do Estado. As “ações de elite” seriam as realizadas por uma elite de intelectuais com a intenção de manter ou desenvolver uma alta cultura da minoria. Por fim, as “ações de solidariedade” seriam as ações organizadas por uma pequena elite, mas que buscam mobilizar as massas, com o intuito de mostrar que uma determinada exigência tem apoio maciço e, portanto, não pode ser ignorada.

Siobhan Harty (2001, p. 192) explicita a importância da cultura nacional ao atestar que ela é chave para a governança e para a legitimidade política. Segundo ele, a cultura nacional provê as principais ferramentas¹⁵ que possibilitam aos cidadãos acessar as oportunidades econômicas e sociais disponíveis na sociedade. Para o autor, ao invés de concentrar esforços para a criação de níveis elevados de integração institucional, a coroa espanhola optou por uma rede de chefes locais, caciques, para criar a legitimidade do governo no nível local. Quando o país perde suas colônias e os benefícios dessa situação são perdidos, cria-se um questionamento acerca da legitimidade desse governo.

Ainda sobre a questão da cultura nacional, Laura Edles (1999, p. 321) também destaca a importância de elementos culturais, como a tradicional dança Sardana, que não foram utilizados somente como “ferramentas” na construção do nacionalismo catalão, mas como elementos populares simbólicos e ritualísticos, afirmando os valores gerais do catalanismo e da democracia, entre outros possíveis.

Harty (2001, p. 193-197) indica ainda que em uma cultura nacional inclusiva, os cidadãos estarão mais dispostos a obedecer, enquanto, no caso oposto, em que ser membro de uma minoria cultural é base para a discriminação econômica e social, os governantes talvez sejam obrigados a usar medidas coercitivas. Quando os níveis de incorporação institucional são fracos, gera-se uma percepção entre a população local de que a estrutura institucional é ilegítima e, portanto, criam-se as condições para a emergência do nacionalismo subestatal. Conseqüentemente, a população passa a construir sua identidade não de acordo com a estrutura, mas oposta a ela.

O argumento de Harty (2001, p. 194) é que as instituições¹⁶ moldam as identidades e interesses dos governantes e cidadãos e ainda fornecem as regras e leis que moldam e limitam o comportamento desses dois atores. As instituições também são os recursos que permitem aos governantes re-

15. Para Harty (2001), essas ferramentas são a educação, a linguagem e os costumes.

16. Instituições, para Harty (2001, p. 193), são órgãos públicos, agências ou regimes como o judiciário, sistemas de educação, língua, entre outros.

produzir a cultura nacional. Portanto, a manutenção do código civil catalão, mesmo durante a ditadura, permitiu manter um componente central da cultura catalã e que preservaria a identidade distinta desse povo durante toda a história.

Em um ensaio acerca do papel dos advogados e da codificação na formação do nacionalismo catalão, Siobhan Harty (2002, p. 349) defende a hipótese de que este teria sido formado a partir da defesa do código civil catalão contra a introdução de um código civil espanhol. Os advogados teriam sido os responsáveis por popularizar os perigos que a codificação trazia para a comunidade catalã, colocando, além disso, a lei civil catalã como um dos elementos centrais de construção da identidade nacional da Catalunha. Harty (2002, p. 364) afirma que o medo dos catalães quanto à imposição do código civil espanhol era devido ao fato de esse último instituir um regime de propriedade divisível, o que era inadmissível para os catalães, que pensavam a preservação da riqueza e *status* da família como algo imprescindível. Como já dito, o núcleo familiar era a base da economia catalã, organizada em torno de pequenas e médias empresas familiares.

Stanley Payne (1991, p. 479-480) entende o nacionalismo catalão como um fenômeno recente. Em seu ensaio “Nationalism, regionalism and micro-nationalism in Spain”, Payne (1991) afirma que em nenhum país da Europa a tendência nacionalista foi tão fraca quanto na Espanha antes de 1936. Em primeiro lugar ele aponta que esse país foi um dos primeiros a se tornar independente e também o primeiro a alcançar o *status* de império mundial, conseguindo manter tal *status* por um período de tempo significativo. Em segundo lugar, ele afirma que o poder da monarquia espanhola nunca foi centralizado e que, durante um longo período histórico, cultura e tradição na Espanha eram identificadas principalmente com a religião. Como a maioria da população era católica, criava-se uma unidade nacional em torno da religião que conseguiu resistir à secularização até a década de 1960.

Outro motivo citado por Payne (1991) é que nenhuma grande ameaça externa surgiu para a Espanha após a derrota de Napoleão e também que, devido à localização geográfica e às limitadas ambições externas, o país se manteve à parte da maioria das guerras ocorridas no século XX. Além disso, o liberalismo clássico dominou a Espanha por mais de um século antes de 1936, o que desencorajava ambições militares e agressivas.

Por último, Payne (1991) afirma que a sustentação de um modelo liberal elitista e a dominação da vida cultural por valores e atitudes liberais ou católicas foram possíveis devido à vagarosidade do processo de modernização econômica e social na Espanha. A presença de ambos esses fatores dificultava a difusão de novas doutrinas e filosofias.

Entretanto, Payne afirma que tais fatores não significaram a inexistência de qualquer tipo de ideologia nacional na Espanha. Ele aponta a existência de uma “ideologia espanhola”, do tipo messiânica nacional, que pregava a libertação da península para os católicos e que apareceu algumas vezes na história do país, normalmente em momentos de crise. Essa ideologia, que tomou por vezes a vestimenta do apostolicismo, carlismo ou integrista, seria, no entanto, apenas um tipo de nacionalismo pré-moderno, cujo único conteúdo normalmente se baseava em conceitos de tradicionalismo monárquico.

Guibernau (2000, p. 996-997), em seu artigo “Nationalism and intellectuals in Nations without States: the Catalan case”, afirma que o nacionalismo de nações sem Estado possui dois fatores-chave sempre presentes. O primeiro é a prevalência de uma nação dentre as outras em um único Estado, liderando o governo, promovendo sua cultura e identidade como as nacionais e, portanto, marginalizando a língua e cultura das minorias. O segundo fator-chave é a existência de uma “elite alternativa”, pronta a desafiar o Estado, disseminar ideias nacionalistas e liderar o movimento nacionalista. Essa “elite alternativa” potencial normalmente inclui indivíduos não satisfeitos com o tratamento dado pelo governo à sua comunidade, excluídos da “elite oficial” por causa de sua origem regional ou ainda os que decidem priorizar sua lealdade para com a nação sem Estado em detrimento da integração na “elite oficial”.

Especialmente durante o regime de Franco, Guibernau (2000, p. 998-999) aponta uma divisão entre os intelectuais que apoiavam o regime franquista e os que se posicionavam contra. Algumas foram as iniciativas, individuais e coletivas, encontradas durante a época para preservar a língua e cultura catalãs, como, por exemplo, a criação do Instituto de Estudos Catalães (*Institut d'Estudis Catalans*) e da Fundação Omnium Cultural, promotora da língua catalã e que até hoje está em atividade. Além disso, Guibernau (2000) destaca os papéis da Igreja Católica e da universidade como de extrema importância durante a ditadura. A primeira, apesar de não possuir uma posição homogênea, continuou usando a língua catalã em sua rotina e em uma série de publicações religiosas. Já a segunda teria tido um papel engajado em uma série de campanhas para a preservação da língua e cultura catalãs.

Guibernau (2000, p. 999) considera três fatores como marcos da transição de um movimento nacionalista elitizado para um movimento de massa: o fenômeno da *Nova Cançó*,¹⁷ a Assembleia da Catalunha e a proliferação de “ações solidárias”.

17. New Folk Song ou nova canção folk, um estilo de música americana.

A *Nova Cançó* foi fundada por um pequeno grupo de cantores amadores nos anos 1960 e teve um papel importante na regeneração da esfera pública na Catalunha. Esse fenômeno contribuiu para a criação de um senso de comunidade, especialmente entre os jovens de todas as comunidades de língua catalã.

A Assembleia da Catalunha foi criada em 1971 como um movimento unitário clandestino do qual participavam pessoas de diferentes origens e inclinações políticas. Suas demandas eram: a anistia geral para prisioneiros políticos e exilados; a defesa dos direitos humanos; o restabelecimento provisório do Estatuto de Autonomia Catalã de 1932; e a coordenação de todos os povos peninsulares que lutavam pela democracia (BATISTA; PLAYÀ MASET *apud* GUIBERNAU, 2000, p. 1000).

Por último, os movimentos de solidariedade eram ações normalmente realizadas por pequenas elites para despertar o apoio das massas e mostrar o quanto a oposição não pode ser ignorada pelo governo central. Um exemplo desse tipo de ação, segundo Guibernau (2000, p. 1000), foi o movimento de massa ocorrido em Barcelona em 11 de setembro de 1977, demandando um estatuto de autonomia para a região.

Em julho de 2010, outra mobilização em massa teve lugar na Catalunha. Milhares de pessoas foram às ruas de Barcelona protestar contra a decisão do governo espanhol de não reconhecer algumas partes do novo estatuto de independência da região, principalmente a parte que afirma que a Catalunha constitui uma nação distinta da Espanha. A manifestação foi planejada por diversas organizações catalãs, entre elas a *Omnium Cultural*. A população levava bandeiras catalãs e cartazes com dizeres como “somos uma nação”, “nós é que decidimos” e “adeus Espanha”.

Ainda em julho deste ano, a Catalunha proibiu as *touradas*, um dos maiores símbolos da cultura espanhola. Apesar de tal decisão ter sido tomada com base em argumentos de proteção ao meio ambiente e aos animais, pode-se interpretar essa ação como uma represália ao rechaço de partes do novo estatuto de independência da Catalunha. Mais uma vez fica clara a luta simbólica que se impõe entre Catalunha e Espanha.

Em busca das verdadeiras motivações do movimento nacionalista catalão, Guibernau (2000, p. 1001-1002) afirma que existe uma série de argumentos tanto racionais quanto emocionais que sustentam a vontade de separação da Catalunha ou pelo menos de maior autonomia. Entre os racionais a autora cita a percepção de que a contribuição catalã para os cofres espanhóis ultrapassa o que a região recebe do governo, o argumento de que a descentralização fortalece a democracia porque aproxima o governo do povo e, por fim, a ideia de que uma maior autonomia traz maiores possibilidades de aumentar

a habilidade e eficiência do governo local. Entre os argumentos emocionais Guibernau (2000) cita a memória dos abusos e opressões sofridas pelos catalães durante diferentes épocas, a noção de que o território da Catalunha é mais vasto, englobando também territórios na França, que durante a Idade Média fizeram parte de um reino comandado por Barcelona e, finalmente, que obras de arte de artistas conhecidos internacionalmente se tornaram símbolos da cultura catalã e que esta é distinta da espanhola.

Jordi Solé Tura (1989, p. 187), em sua busca de uma explicação para as motivações nacionalistas catalãs, conclui que o nacionalismo catalão seria uma invenção da burguesia industrial. Isso porque esta era poderosa o bastante para criar uma economia capitalista dentro de um país majoritariamente agrário, mas incapaz de alcançar o poder político almejado.

Payne (1991, p. 489) conclui que a experiência do micronacionalismo na Espanha normalmente é estudada pelo ponto de vista de que o processo desigual e frustrado de modernização nos séculos XIX e XX seria a causa do ímpeto nacionalista da região. O mesmo, no entanto, entende essa perspectiva como incompleta porque os desenvolvimentos em termos econômicos do regime franquista não se repetiram em termos políticos. O nacionalismo, portanto, não seria algo tão simples assim para ser explicado apenas por questões de frustração quanto ao desenvolvimento econômico.

Conclusão

As hipóteses e ideias acerca do nacionalismo catalão são variadas, dividindo opiniões, principalmente entre aqueles que acreditam que realmente existe uma identidade cultural natural catalã e aqueles que creem que essa identidade foi inventada por outros motivos, sejam eles econômicos, sociais ou políticos.

Não se pode negar o papel significativo das questões econômicas e políticas, que permearam por diversas vezes a relação entre o governo espanhol e a Catalunha. Entretanto, afirmar que somente essas questões foram responsáveis pelo despertar do nacionalismo talvez seja simplificar demais a questão. Afinal, se desde os primórdios os catalães não se sentissem como pertencentes a um grupo diferente, poderiam ter adotado outras estratégias para conquistar seus objetivos, como, por exemplo, inserir-se entre a maioria castelhana ou, mais tarde, espanhola.

Da mesma forma, afirmar que sempre constituíram um grupo diferente, por questões naturais, é cegar-se diante dos fatos que demonstram como, por vezes, a Catalunha usou de sua condição privilegiada de pertencente ao Estado espanhol para usufruir de uma série de vantagens. Enquanto a

Catalunha pôde manter seus privilégios, deixou de lado, mesmo que parcialmente, sua identidade supostamente oposta e suas reivindicações de autonomia completa.

Portanto, não se pode julgar o nacionalismo catalão levando em conta apenas uma de suas hipóteses, pois parece nítido que ambas tiveram importância marcante para o desenrolar da história da região, sendo ambas responsáveis pelos desdobramentos e fatos que levaram à situação atual da Catalunha. É incerto afirmar que apenas a identidade distinta catalã levaria ao desenvolvimento de um movimento nacionalista, pois não se pode calcular quais seriam as consequências de uma relação amistosa e proveitosa com o governo central, ou seja, se estariam dispostos a abrir mão de suas vantagens para se tornarem independentes. Da mesma forma, não se pode provar qual seria o resultado se supuséssemos os mesmos fatos históricos na história da Catalunha, entretanto, levando em conta uma identidade que não fosse oposta ao resto da Espanha.

A história proporciona combinações que, por sua complicação e relação íntima, dificultam o isolamento de fatores e a busca de uma conclusão sobre o efeito isolado de um fato ou ideia. O que podemos retirar do caso catalão é uma combinação única de fatores que gerou um tipo particular de nacionalismo, apesar de possuir uma série de características em comum com outros nacionalismos. Portanto, são os acontecimentos e componentes peculiares da história da Catalunha que definem o seu movimento nacionalista e o tornam único e exclusivo.

Abstract

Catalonia is a region in Spain that believes to possess an alternative identity in relation to the Spanish identity, and therefore seeks its segregation from the Spanish State. This study aims to examine the history of Catalonia, showing its relationship with Spain over time, in an attempt to understand the origins of those nationalist feelings.

Key words: Nationalism; Spain; Catalonia; Cultural Renaissance; Separatism.

Referências

- AGUSTÍ, David. **Historia breve de Catalunya**. Madrid: Sílex Ediciones S. L., 2007.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BEATRIZ THOMAZ CARVALHO

- BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BALCELLS, Albert. Els símbols de Catalunya. **Revista Òmnium**, Barcelona, n. 10, 2008.
- EDLES, Laura Desfor. A culturalist approach to ethnic nationalist movements: symbolization and Basque and Catalan nationalism in Spain. **Social Science History**, v. 23, n. 3, p. 311-355, 1999.
- FRANCE Presse. Proibição de touradas na Catalunha é revanchismo, dizem opositores. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/07/proibicao-de-touradas-na-catalunha-e-revanchismo-dizem-opositores.html>. Acesso em: 1 out. 2010.
- GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GELLNER, Ernest. **Dos nacionalismos**. Lisboa: Editorial Teorema Ltda., 1998.
- GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**: o Estado Nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- GUIBERNAU, Montserrat. El futuro del nacionalismo de las naciones sin Estado. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 60, n. 1, p. 115-130, jan./mar., 1998.
- GUIBERNAU, Montserrat. Nationalism and intellectuals in Nations without States: the Catalan case. **Political Studies**, v. 48, p. 989-1005, 2000.
- HAKLI, Jouni. The politics of belonging: complexities of identity in the Catalan Borderlands. *Geografiska Annaler. Series B, Human Geography*, v. 83, n. 3, p. 111-119, 2001.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HARTY, Siobhan. The institutional foundations of substate national movements. **Comparative Politics**, p.191-207, jan. 2001.
- HARTY, Siobhan. Lawyers, codifications, and the origins of Catalan Nationalism, 1881-1901. **Law and History Review**, v. 20, n. 2, 2002.
- HOBBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1780**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KEATING, Michael. Rethinking the region: culture, institutions and economic development in Catalonia and Galicia. In: ECPR Workshop, Regionalism Revisited. Territorial Politics in the Age of Globalization. Mannheim, março de 1999.
- LA HISTÓRIA. Generalitat de Catalunya. Disponível em: <http://www.gencat.cat/catalunya/cas/historia.htm>. Acesso em: 5 dez. 2009.
- MEDRANO, Juan Díez. Patterns of development and nationalism: Basque and Catalan nationalism before the Spanish Civil War. **Theory and Society**, v. 23, n. 4, p. 541-569, Aug. 1994.
- MORENO, Luis; ARRIBA, Ana; SERRANO, Araceli. Multiple identities in decentralized Spain: The case of Catalonia. Instituto de Estudios Sociales Avanzados (CSIC), working paper 1997-06.
- MUNDÓ, A. M. *et al.* **Grans moments de la Història de Catalunya**. Barcelona: Base, 2006.

PAYNE, Stanley. Catalan and Basque Nationalism. **Journal of Contemporary History**, v. 6, n. 1, p. 15-51, 1971.

PAYNE, Stanley. Nationalism, regionalism and micronationalism in Spain. **Journal of Contemporary History**, v. 26, p. 479-491, 1991.

TURA, Jordi Solé. The Spanish case: remarks on the general theories of nationalism. **International Political Science Review**, v. 10, n. 3, p. 183-189, jul. 1989.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História para o ensino médio: História Geral e do Brasil**. São Paulo: Spicione, 2002.